

Fraude de R\$ 14,4 milhões na Saúde

Governo do Rio recebeu, em 1997, R\$ 20 mil por hanseniano. Foram 36 mil autorizações de internações hospitalares para 700 pacientes

Leandro Fortes
Da equipe do Correio

Fora de Possibilidade Terapêutica. FPT. Autorização de Internação Hospital. AIH.

Meio século de segregação compulsória — e equivocada — de hansenianos brasileiros conseguiu unir essas duas siglas numa fraude ainda não totalmente dimensionada no Rio de Janeiro. A Secretaria Estadual de Saúde recebeu, no ano passado, R\$ 14,4 milhões em AIHs para tratar de 700 pacientes internados nas duas últimas colônias de hansenianos (os antigos leprosários) do estado. São 36 mil AIHs: 51,4 por internado ou R\$ 20,5 mil para cada um deles. O dinheiro foi captado irregularmente e, pior ainda, não há provas de que os recursos tenham sido usados nas colônias.

O caso será discutido hoje na reunião do Conselho Nacional de Saúde, órgão autônomo formado por

representantes da sociedade civil cujo objetivo é o de propor políticas de saúde ao governo federal.

A FPT é um dos muitos diagnósticos apresentados ao Ministério da Saúde para arrecadação de AIHs pelos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ele só é dado nos casos de pacientes cuja cura se tornou impossível e, na prática, garante o financiamento das internações de doentes terminais.

Teria sido útil, no caso dos hansenianos, até 1940, quando se descobriu a cura para a hanseníase, época em que a literatura médica começou a dissociar a doença do termo "lepra" — mais que um nome, um estigma social beneficiado pela cristandade. Há dois capítulos na Bíblia Sagrada dedicados ao assunto. FPT para captar AIHs para o tratamento de hansenianos, em 1997, deveria ter virado caso de polícia.

Mas não virou. Descoberta no início desse ano, a irregularidade foi

notificada ao então ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, cuja reação foi a de baixar, em março, uma portaria instituindo o fim da transação. Ou seja: baixou uma norma proibindo o que, do ponto de vista administrativo, nunca foi permitido, já que se trata de uma doença curável. Os

diretores das duas colônias — a Curupaiti, no bairro de Jacarepaguá, e a Tavares Macedo, no município de Itaboraí — não sofreram nenhum tipo de sanção; nem criminal, nem administrativa.

A dupla FPT/AIH, é bom lembrar, era o cerne do problema administrativo que matou, há dois anos, quase uma centena de velhos na Clínica Santa Genoveva, também no Rio. Em outubro passado, o ministro José Serra tomou uma decisão mais sábia: extinguiu esse tipo de diagnóstico.

Artur Custódio de Souza, coordenador nacional do Movimento de

Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), desconfia que esse dinheiro todo ficou retido na Secretaria de Saúde e foi desviado para outras áreas supostamente prioritárias do setor. Segundo ele, basta ver a situação em que se encontram as duas colônias. Além da precariedade das instalações e da inutilidade dessas instituições do ponto de vista terapêutico, as colônias fluminenses viraram — como quase tudo no Rio — ponto de tráfico de drogas.

Isso num estado que concentra, na Baixada Fluminense, a maior concentração relativa de casos (quatro mil) de hanseníase no mundo. O Brasil, aliás, com 105 mil casos notificados — um a cada 12 minutos — está em segundo lugar no ranking mundial da doença. Só perde para a Índia. Apenas em 1997, surgiram 44 mil novos casos de hanseníase no país.

“NÃO SEI PARA ONDE FOI ESSE DINHEIRO, MAS PARA OS HOSPITAIS-COLÔNIAS É QUE NÃO FOI”

Artur Custódio de Souza,
coordenador nacional do Movimento de
Reintegração das Pessoas Atingidas pela
Hanseníase

“Não sei para onde foi esse dinheiro, mas para os hospitais-colônias é que não foi”, afirma o coordenador nacional do Morhan. Segundo Artur, ainda que remuneradas irregularmente, as AIHs poderiam ter servido para ajudar as colônias, mas não houve melhora alguma. Ele afirma, no entanto, que muitas das 33 colônias de hansenianos remanescentes no Brasil (eram 101 até a década de 70) já lançaram mão da dupla FPT/AIH para conseguir financiar suas atividades.

REESTRUTURAÇÃO

“Os hansenianos precisam de um serviço específico ambulatorial do SUS, e não de AIHs. Esse expediente serve apenas para os pacientes que necessitam de cuidados médicos imediatos, diretos e efetivos”, analisa Olímpio Távola Correa, representante da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) num grupo de trabalho presidido por Artur Custódio. Em atividade desde maio desse ano, esse grupo visitou oito das principais colônias de hansenianos do país e preparou uma proposta de reestruturação do setor que será apresentada hoje no Conselho Nacional da Saúde. É um quadro aterrador.

Resultado de 50 anos de uma polí-

tica fascista de confinamento de doentes, as colônias de hansenianos geraram um tipo de comunidade onde a ignorância, a falta de higiene e a desesperança se tornaram, essas sim, uma verdadeira epidemia. O grupo de trabalho coordenado pelo Morhan ainda não tem os números fechados, mas Custódio estima em cinco mil pessoas vivendo nessas condições. Nem todos são ou foram doentes. Há famílias inteiras vivendo nas colônias, cujas áreas — propriedades dos estados e da União — foram também sendo invadidas por terceiros com o passar do tempo.

No relatório que será apresentado hoje ao CNS, Artur Custódio vai propor que haja a participação do Ministério da Previdência no financiamento de uma nova política de assistência social aos internados das colônias. A idéia é criar um sistema de benefícios que torne desnecessária a utilização de subterfúgios como o da dupla FPT/AIH — e, principalmente, seja efetivamente destinado aos internados. O grupo propõe, ainda, a transformação das colônias em hospitais gerais para toda a população para, pouco a pouco, colocá-las num lugar onde já deveriam estar há muito tempo: no passado.